

**Jorge Costa Pereira; 21.11.2006**  
**Educação / Ilha do Faial – Plano do Governo para 2007**

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

Senhores membros do Governo

O Plano do Governo para 2007, na área da educação, como é natural, é um plano de continuidade, que se propõe cumprir os objectivos e princípios enunciados no Programa do Governo e nas Grandes Opções do Plano a Médio Prazo 2005-2008. Por isso, na medida da generosidade e da generalidade de alguns desses princípios é possível partilhar e construir consensos, separados, depois, e muitas vezes, pela sua operacionalização concreta, pela divergência das opções e dos caminhos que legitimamente se entende trilhar.

Sempre defendemos que as escolas se devam abrir às comunidades que servem e estas têm o direito de saber o que fazem as escolas onde os nossos filhos passam a maior parte do seu dia. Abandonar definitivamente um funcionamento fechado, em circuito interno, interrogar-se sobre si própria, sobre o seu funcionamento, sobre os seus resultados, sobre a prossecução dos seus objectivos, sobre o papel e o lugar que lhe cabe na comunidade que serve, tudo isso é um imperativo na melhoria das respostas que a Escola como instituição pode e deve dar aos novos papéis e às novas exigências que os novos tempos lhe exigem. Registamos, por isso, no ano lectivo que decorre, a implementação da avaliação interna e externa das escolas e esperamos que ela se desenvolva dentro dos parâmetros atrás enunciados. Todos compreendemos que este processo não é uma varinha mágica que produzirá resultados imediatos. Por isso, a fase de transição, vivida agora nas nossas escolas, tem de ser aproveitada para que todos

compreendam a importância e o alcance do que se está a implementar, que haja senso e gradualidade nas medidas (reconhecendo-se efectivamente que não é de um dia para o outro que se conseguem alterar práticas arraigadas e antigas), que a busca efémera de resultados imediatos e artificiais não falseie a realidade e que nunca, neste processo, se perca em nenhum dos seus intervenientes a noção de que o que verdadeiramente está em causa, mais do que modelos, são as pessoas.

E porque são as pessoas que importa em primeiro lugar, temos também aqui deixado, por várias vezes, as nossas preocupações com a problemática do sucesso escolar. Já aqui denunciámos a ilusão e as falsas expectativas que se estão a criar em alunos e pais pela implementação de um itinerário da educação básica que se baseia num facilitismo que apenas visa o sucesso meramente administrativo. O resultado inevitável será a chegada ao ensino secundário e ao ensino profissional de um contingente cada vez maior de alunos impreparados e, pior do que isso, estruturalmente habituados às facilidades e à falta de exigência e rigor que subjaz a este modelo.

Confrontar-se-á, pois, o ensino secundário com crescentes taxas de insucesso escolar e, sobretudo o 10º ano, com altas taxas de abandono.

Paralelamente, muitos destes alunos irão bater à porta do ensino profissional, reforçando, não só estatisticamente, o seu papel e a sua importância. Mas, para não se repetirem erros do passado, é fundamental que as nossas escolas profissionais mantenham elevados padrões de qualidade e rejeitem a tentação do facilitismo contagiante. No dia em que as empresas não reconhecerem qualidade e competência no perfil dos alunos saídos das escolas profissionais, estas terão os seus dias contados e ficarão reduzidas a escolas de segunda categoria que maioritariamente acolhem os menos capazes.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

Senhores membros do Governo

O Plano para 2007 na área da educação é, à semelhança dos anteriores, dominado, em termos de verbas, pelo projecto relativo às construções escolares. Nesse domínio, mantém-se um investimento mais expressivo nas novas escolas já em construção: Tomás de Borba (S. Carlos, Terceira) e Manuel de Arriaga (Horta, Faial). Em dissonância com a Carta Escolar, continuam de fora do Plano, no capítulo da construção de novas escolas, a EB1,2/JI da Ponta da Ilha, no Pico, a EB2,3/EA da Levada, a EB2,3 do Ramo Grande (esta com a agravante de já ter constado de Planos anteriores e ter desaparecido agora), a EB1,2 S. Roque/Livramento e a Escola Secundária das Capelas. Já quanto à EB2,3/S das Lajes do Pico, enquanto na Carta Escolar se aponta para a “construção de uma nova escola em local já escolhido para o efeito” e, por isso, não se justifica “o investimento que a sua recuperação implica”, no Plano para 2007 mantém-se a intenção de proceder à sua grande reparação e adaptação.

Repito as interrogações que já aqui deixei: porque estão estas escolas fora do plano de investimentos? Qual o planeamento que está previsto para elas nesta legislatura? Porque não estão estas e estão outras sem que se cumpram as prioridades assumidas na Carta Escolar? Pela análise dos documentos disponíveis não é possível encontrarmos resposta para estas questões.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

Senhores membros do Governo

Uma das expectativas da política educativa para 2007 relaciona-se com a prometida adaptação à Região das componentes nucleares e essenciais do Estatuto da Carreira Docente, e ao que tudo indica, caminhando-se nos Açores em sentido diverso das opções nacionais.

Todos nós sentimos a desmotivação e o descontentamento que impera na classe docente. Todos compreendemos as justas razões do seu desencanto, depois destes últimos dois anos em que a sua dignidade, qualificação e brio profissionais foram enxovalhados. Por isso, em nosso entender, a alteração do Estatuto da Carreira Docente

nos Açores pode ser a oportunidade de, em diálogo franco, aberto, construtivo e disponível para a consertação, se reganhar a mobilização dos docentes e dar-lhes novas razões de motivação e estímulo, reconhecendo o seu papel único e insubstituível na tarefa da transmissão dos conhecimentos e dos saberes.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

Senhores membros do Governo

Se colocarmos de lado o garrote financeiro com que se debate a Universidade dos Açores, em termos das suas verbas para funcionamento em 2007, que, embora importante não depende directamente do poder regional, aguardamos com expectativa o início efectivo das obras do edifício da Acção Social no Campus de Angra, do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, na Horta, bem como a aprovação do Edifício Interdepartamental, também em Angra. Reconheça-se que, neste domínio, o Governo Regional cumpre em dotação do Plano os compromissos que havia assumido. Falta ver se o Ministério da Ciência e Ensino Superior cumpre também a sua parte, particularmente aprovando em tempo útil o projecto do DOP (que é aquele que, entre os dois últimos, possui maior dotação), de forma a possibilitar o arranque das obras no decurso de 2007. Uma intervenção pressionante do Governo Regional, convenientemente feita no âmbito da “Autonomia cooperante”, seria particularmente importante nesta área, uma vez que está obviamente em causa um projecto estruturante para os Açores, para a sua Universidade e para a ilha do Faial.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

Senhores membros do Governo

Igual procedimento e envolvimento se exigem do Governo Regional noutro projecto estruturante para o Faial: a ampliação da Pista do Aeroporto da Horta de forma a torná-lo operacional sem penalizações nos voos com a costa leste dos Estados Unidos e Canadá. Já várias vezes, em público, tem sido prometida a intervenção do Governo

Regional nesta questão, até financeiramente se preciso fosse. Com regularidade são renovadas intenções e chamadas de atenção à empresa ANA e ao Governo da República, que a tutela. Anunciam-se grupos de estudo, adiantam-se razões para dificuldades. A verdade, porém, é que tudo indica que estamos rigorosamente no mesmo e não é, infelizmente, ainda no Plano para 2007 que se concretiza a disponibilidade para a prometida participação financeira do Governo Regional neste importante investimento.

A andar para trás está também um outro e importante investimento estruturante para o futuro desta ilha. Refiro-me à tão aguardada quanto imprescindível intervenção no Porto da Horta, sua envolvente e na Marginal da Horta, cuja concretização permitirá óbvias mais valias na economia local, sobretudo porque esta é uma intervenção estratégica e de efeitos reprodutivos. Enquanto no Plano para 2006, se apontava para o início da empreitada da intervenção no Porto, este ano, como o caranguejo, andamos para trás e já só se fala em estudos. Quanto à intervenção na Marginal, nem sequer considerada é neste Plano. Para trás parece também andar a reconstrução do Bloco C do Hospital da Horta, cuja acção foi encerrada. Também a 2ª fase da Variante, em bolandas entre a Câmara e o Governo, quanto ao seu traçado, continua sem definição, fora do Plano e aquele que é o principal culpado (este Governo Regional, que deixou caducar as medidas preventivas que salvaguardavam o traçado inicial) descobriu um novo “bode expiatório”: os moradores das Dutras que reclamaram da última versão do traçado!...

Ficam também de fora deste Plano e seguramente da realização nesta Legislatura as promessas socialistas de construir a pousada da Juventude do Faial, de concluir a reabilitação da Igreja do Carmo, de construir o novo estádio de futebol, de ampliar o Museu da Horta, de construir um Centro de Acolhimento para crianças e jovens do sexo masculino, de revitalizar as termas do Varadouro e de construir o Polivalente da Feteira.

A meio do mandato, e pese a realização de algumas obras integradas num “caderno reivindicativo faialense” com mais de dez anos, a verdade é que o peso histórico dos incumprimentos por parte do Governo Regional do Partido Socialista irá



manter-se deixando cair nesta legislatura um significativo número de promessas eleitorais.

Tenho dito.

Horta, 21 de Novembro de 2006

---

Jorge Costa Pereira  
*Deputado Regional*